

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA PELA ANISTIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Aliny Dayany P. de Medeiros
Departamento de História – UFRN
Orientadora: Maria da Conceição Fraga

RESUMO

O ano de 1974 e a chegada do presidente Ernesto Geisel ao poder marcam o início do processo de abertura no Brasil, que há dez anos vivia o Regime Militar. A partir desse momento, a oposição cresce e se ampliam as manifestações em prol da anistia. É nesse cenário que as mulheres aparecem com grande força, primeiro em São Paulo e depois por todo país, inclusive no Rio Grande do Norte, através do Movimento Feminino pela anistia e dos Comitês pela anistia. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é compreender qual a participação das mulheres, no Rio Grande do Norte, na busca pelo perdão aos perseguidos políticos. Para alcançar o referido objetivo, utilizei o conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs, visto que terei como fontes livros de memória e depoimentos orais de pessoas que vivenciaram essa luta.

Palavras-chaves: política, anistia, mulheres, Rio Grande do Norte.

INTRODUÇÃO

Desde 1964 o Brasil vivia sob um regime autoritário, que surgiu a partir da tomada do poder por parte dos militares. Desse momento em diante, até a reabertura política, o país passou por uma difícil fase, durante a qual os cidadãos viram seus direitos serem minimizados.

A marca principal do Regime Militar era o controle político e ideológico e a coerção de qualquer oposição não autorizada. Apenas o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) podia existir enquanto “contrário” ao governo.

Com a chegada ao poder do presidente Ernesto Geisel, em 1974, o céu brasileiro parecia começar a clarear. Isso porque, ele anunciava que o país iria passar por um processo de redemocratização “lenta, gradual e segura”, com o objetivo de levar o poder político de volta aos civis.

É a partir de então que alguns grupos surgem, buscando um regime democrático. E o primeiro passo seria alcançar a anistia para aqueles que foram punidos pelo regime.

Nesse momento “A oposição cresce, a sociedade civil pouco a pouco vai se reorganizando. Em 1978 é criado o Movimento Feminista pela Anistia, tendo à frente Terezinha Zerbini.” (COSTA, 2001:84).

No ano de 1979, por exemplo, o Brasil contava com “...cerca de 200 presos políticos, 128 banidos, 4.877 punidos por Atos de Exceção, 263 estudantes atingidos pelo artigo 477 e cerca de 10.000 exilados.” (COSTA, 2001:85). Essa situação interferia

diretamente na sociedade brasileira e foi a partir dessa realidade que pais, parentes e demais membros da sociedade civil brasileira começaram a organizar-se.

Diante desse cenário nascem grupos nacionais, como o movimento Feminino pela Anistia, encabeçado por Terezinha Zerbini, e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e que se expandem para organizações locais, como o Comitê norte – riograndense pela anistia, que contou com forte apoio do Centro da Mulher Natalense (CMN).

Esses movimentos chamam atenção pelo fato de terem significativa participação feminina, num período em que a mulher brasileira ainda lutava pelo reconhecimento social e pelos seus direitos junto à sociedade. Tendo em vista essa notória participação feminina, temos como principal meta neste trabalho compreender qual a participação da mulher potiguar na luta pela anistia no Rio Grande do Norte.

Para alcançarmos tal objetivo utilizaremos a metodologia da História Oral, pois contaremos com depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período histórico, como por exemplo, Rizolete Fernandes e outros membros do Comitê norte-riograndense pela anistia.

Para tanto, trabalhamos o conceito de Memória coletiva, de Maurice Halbwachs, visto que mesmo um indivíduo relembando isoladamente o seu tempo de militância, o que pode ser visto como memória individual, ele traz no seu discurso a memória do seu tempo e da sociedade em que viveu. Portanto, a partir de depoimentos individuais, percebemos as características e a realidade vivida pela sociedade brasileira, e especificamente potiguar, quando da reabertura política.

Além da história oral, utilizamos livros de memória, como o da já citada Rizolete Fernandes; trabalhos de conclusão de curso, como a monografia de Rodrigo Torres de Moraes, que trabalha o surgimento do Comitê e traz importantes entrevistas em anexo; trechos de jornais da época, como é o caso da Tribuna do Norte e do Diário de Natal.

Esse trabalho aborda diretamente as relações de poder existentes no momento da luta pela anistia política. Poder este exercido de forma macro pelo Estado e de modo micro, ou seja, com menor raio de abrangência, pelos grupos que buscavam a anistia. Por esse motivo, tal produção se insere no campo de abordagem da história conhecido como História Política, pois como nos diz José D’Assunção Barros:

O que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. Mas que tipo de poder? Pode-se privilegiar desde o estudo sobre o poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana. (BARROS, 2004:107)

E nesse sentido, nossa preocupação é perceber o poder dentro do comitê norte-riograndense e a participação feminina dentro desses núcleos de poder que se organizavam em fins da década de 1970. Para que possamos compreender o cenário político em que a anistia surgiu.

O SURGIMENTO DO COMITÊ NORTE-RIOGRANDENSE PELA ANISTIA

Oficialmente o Comitê norte-riograndense pela Anistia surge em 18 de abril de 1979, num ato público realizado durante a semana pela anistia, como notícia a Tribuna do Norte:

Porém, o grupo que fundara o Comitê no Rio Grande do Norte já se reunia a bem mais tempo, antes mesmo de alcançarem a legalidade ou terem um espaço fixo de reuniões.

Segundo Ivanilton Passos¹, membro do Comitê, as reuniões teriam iniciado, clandestinamente, ainda em 1977. E tinha como ponto de encontro lugares diversos, dentre os quais ele destaca as calçadas da escola Winston Churchill, no centro da cidade. Os lugares eram diversificados para que não fossem levantadas suspeitas acerca do grupo, visto que eles ainda estavam envolvidos no clima de repressão política e temiam que, se descoberto, o grupo não pudesse mais se reunir.

A princípio o grupo era restrito a poucas pessoas, devido à insegurança do período, mas ao entrar para a legalidade esse grupo se ampliou e pôde contar com um maior número de membros.

Perguntado sobre quem participava do referido grupo, Florizel de Medeiros², também membro do Comitê, cita dezoito nomes, dentre os quais seis são de mulheres. Elas eram: Rossana Sudário, Rose Sudário, Marluce, Ana Valcácia, Fátima Arruda e Rizolete Fernandes.

O ato de lançamento do Comitê ocorreu na Câmara Municipal de Natal, o que fez com que parte dos vereadores não concordassem, por acreditarem que tal ato poderia parecer uma afronta ao regime ditatorial. O evento contou com a participação de Terezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia em 1974.

O que chama atenção nesse momento de lançamento do Comitê no Rio Grande do Norte é a tímida repercussão desse importante evento nos jornais de grande circulação de Natal. Tendo sido noticiado, de forma sucinta, apenas na Tribuna do Norte. Já outro grande jornal, o Diário de Natal, não fez menção à Semana pela anistia, ou mesmo ao ato de lançamento em si.

Após a oficialização do grupo, passado pouco tempo, este começou a contar com um local fixo para as reuniões. O referido lugar era o prédio da OAB, que foi conseguido a partir dos esforços do advogado Roberto Furtado.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO COMITÊ NORTE-RIOGRANDENSE PELA ANISTIA

Desde 1974, as mulheres se mostravam participantes e pioneiras na luta pela anistia, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo, encabeçado por Terezinha Zerbini. Tal movimento se ampliaria e impulsionaria a criação do Comitê

1 MORAIS, Rodrigo Torres. Monografia: Formação do Comitê norte-riograndense pela anistia. 2008.

2 Ibidem.

Brasileiro pela Anistia, que repercutiu por todo território nacional, fazendo com que Comitês locais surgissem.

No Rio Grande do Norte, como já vimos, não foi diferente. O Comitê norte-riograndense pela anistia nasce oficialmente em 1979 e também é marcado, desde o início, pela participação feminina.

Mesmo durante a ilegalidade, as mulheres já participavam das reuniões do Comitê. Inclusive, parte significativa dessas reuniões clandestinas ocorria na garagem de duas dessas mulheres, que eram: Rossana e Rose Sudário.

Rossana Sudário foi também a diretora do Centro da Mulher Natalense, que teve suas atividades iniciadas antes mesmo do Comitê, no ano de 1978. O Centro estava voltado a defender os direitos das mulheres e da sociedade em geral. O Centro era formado por funcionárias públicas, estudantes e uma atriz, como ressalta Rizolette Fernandes.³

O Centro da Mulher Natalense (CMN) participou do processo de anistia junto ao Comitê e parte de seus membros compunham este mesmo Comitê. O jornal Tribuna do Norte ao noticiar o ato público de fundação do Comitê norte-riograndense pela Anistia, aponta a presença do CMN apoiando a bandeira de luta desse grupo.

Durante todo o ano de 1979 as mulheres que compunham essas duas organizações participaram de atividades diversas em prol da anistia. Tais como: atos públicos, panfletagens e pedágios, que visavam esclarecer a população sobre o que acontecia e principalmente buscar a adesão da sociedade na busca por uma anistia ampla.

Além dessas atividades, merece destaque particular as visitas organizadas aos presos políticos. O Comitê organizava grupos compostos por seus membros e familiares de presos políticos, para fazerem visitas aos presídios, buscando dar ânimo aqueles que estavam sendo punidos pelo Regime Militar e também mantê-los informados sobre os avanços no processo de anistia.

Tais visitas eram feitas não somente dentro do Rio Grande do Norte, mas também para outros estados, como era o caso da prisão de Itamaracá, onde estavam um número significativo de presos políticos.

Além da participação feminina do CMN, o Comitê também contou com a presença mais próxima de Rizolette Fernandes que naquele momento atuava junto ao grupo na função de secretária.

Em depoimento prestado a alunos da UFRN, em 2006, a socióloga diz que aquele era o espaço concedido a ela, que era mulher e que a chefia do movimento ficou realmente nas mãos dos homens: Roberto Furtado, como presidente e Sérgio Dieb, como vice. Apesar de não estar como líder do movimento, a socióloga disse que realizou a luta no espaço que lhe era fornecido e possível naquele momento. Mas como é possível notar sua presença era essencial, tendo em vista que, era a secretária a responsável pela guarda dos documentos do Comitê.

CONCLUSÃO

³ FERNANDES, Maria Rizolette. **A história oficial omite, eu conto:** mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000. EDUFRN, 2004, p. 38.

O que é possível notar é que mesmo não tendo encabeçado o movimento pela anistia aqui no estado, como o fez Terezinha Zerbini em São Paulo, as mulheres estiveram presentes desde o início na busca pela anistia e atuaram dentro do próprio Comitê, como é o caso de Rizolete e outras, como: Rossana Sudário, Rose Sudário, Marluce e Ana Valcácia.

Além das mulheres já citadas no parágrafo anterior, havia também as que eram membros do CMN e que estiveram junto ao Comitê buscando uma anistia ampla, geral e irrestrita.

A referida anistia não foi alcançada plenamente, mas em 22 agosto de 1978 o projeto de anistia foi aprovado de forma restrita, não beneficiando a todos os que agiram contra o regime e se ampliando até aqueles que cometeram tortura.

A promulgação da lei de anistia não fez com que tudo fosse resolvido. Pois aqueles envolvidos nos chamados “crimes de sangue” ou “terrorismo” não foram beneficiados, como é o caso de Maurício Anísio, que chegou até a fazer greve de fome, para que o projeto de lei de anistia restrita não fosse aprovado, como nos traz o Diário de Natal, de 08 de agosto de 1979:

Protestando contra projeto de anistia que será enviado ao Congresso nos próximos dias, o preso político Maurício Anísio de Araújo continua em greve de fome na Colônia Penal João Chaves, alimentando-se apenas de dois litros de água, duas colheres de açúcar e uma de sal, por dia.

Mesmo após a aprovação da lei, a luta pela anistia continuou e continua até hoje, levada em frente por homens e mulheres que buscam o reconhecimento dos atos arbitrários cometidos pelo regime militar e uma devida reparação dos danos causados.

Atualmente o Rio Grande do Norte, que não possui mais o Comitê nordestino pela anistia, conta com a participação da Associação nordestino-riograndense dos anistiados políticos – ANAP, presidida pelo ex-presos políticos Mery Medeiros. Tendo sido esta fundada no ano de 2002.

E as mulheres que participaram das lutas pela anistia continuam envolvidas na luta pela ampliação dos direitos políticos, fazendo parte de outras associações ou em partidos políticos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANISTIA 20 anos 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Seção de Legislação Brasileira. **Anistia: legislação brasileira (1822-1979)**. Brasília, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

FERNANDES, Maria Rizolete. **A história oficial omite, eu conto**: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000. EDUFRN, 2004, p. 38.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: _____. **Memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990. cap. 1, p. 25-43.

MORAIS, Rodrigo Torres. Monografia: **Formação do Comitê norte-riograndense pela anistia**. 2008.